

# **A imagem do imigrante na imprensa: uma comparação entre o discurso oficial e o não-oficial (1883 - 1895)**

Iverson Poletto dos Santos \*

## **Resumo**

A sociedade brasileira passava por profundas mudanças estruturais no quarto final do século XIX. O trabalho cativo, que desde os primórdios da colonização foi a base da economia brasileira, começava a ser colocado em xeque por diversas pressões, desde externas, como a inglesa, até internas, de grupos organizados de abolicionistas. Dessa forma, nesse último quarto, a escravidão começava a ser substituída pelo trabalho livre que era representado pelos imigrantes europeus, que agora sobravam nos campos, principalmente italianos. Para tanto, a sociedade precisava ser preparada, e esse era o papel dos veículos da imprensa e de pequenos jornais, que tornaram o assunto, imigração, o principal de suas edições. O imigrante começava a ser mostrado como a solução final para a crise de mão de obra que os grandes plantadores de café julgavam possuir, e sua imagem era relacionada, assim, ao progresso e ao aumento da riqueza da sociedade. Na realidade, era uma ideia de que o imigrante europeu era racialmente superior e sua entrada no país representava automaticamente a evolução da sociedade. Em contrapartida, uma pequena parte da imprensa começava a mostrar os problemas oriundos do quase meio milhão de pessoas que foram trazidas para o Brasil.

**Palavras-chave:** Imigração; Imigração subsidiada; Imprensa; Imagem do imigrante; Trabalho livre.

A imagem do imigrante na imprensa é analisada pela observação da existência de duas posições: mais notadamente das áreas cafeicultoras, na imprensa da época, a dos grandes jornais como **O Correio Paulistano**, **A Província de São Paulo** e o **Diário Popular**, como porta-voz dos grandes fazendeiros de café e, portanto, a favor da imigração estrangeira; e a dos pequenos veículos como **O Commercio de São Paulo** que, de certa maneira, podem ser considerados independentes. Essas duas posições representam as opiniões de partes organizadas da sociedade e uma delas, a dos grandes fazendeiros, pode ser confundida com a opinião oficial do governo de São Paulo que utilizava esses veículos para a divulgação de sua opinião e mesmo de seus textos oficiais. Torna-se relevante mostrar a existência de um conflito entre a imagem formada

---

\* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

pelos meios oficiais de propaganda, influenciados pelo pensamento científico da época que colocava o europeu como elemento humano superior presente nos primeiros veículos da imprensa, e a imagem presente nos outros periódicos.

Logo de início, há um ponto antagônico ao comparar as duas opiniões sobre a capacidade de trabalho do imigrante: para as autoridades brasileiras, que defendem a imigração, ele é o elemento que, por meio da sua força de trabalho, pode potencialmente salvar a agricultura brasileira do desastre iminente causado pela abolição da escravatura, a qual, na opinião desse grupo, causaria uma aguda falta de braços para a cultura cafeeira. No entanto, a opinião encontrada em alguns periódicos é contrária e conflitante: o europeu, mesmo concordando que ele era necessário na lavoura, estava correndo para as cidades para se ocupar de pequenos serviços considerados inúteis.

O ano de 1883 foi escolhido como ponto de início da análise por ser o ano de fundação da Sociedade Central de Imigração, cujo interesse principal era trazer imigrantes europeus para substituir os cativos africanos, porém, como proprietários de terras para formar uma classe de pequenos camponeses em confronto com o grande latifúndio monocultor que até então reinara no país. Justifica-se o ano de 1895 por ser o ano de finalização das atividades da Sociedade Promotora de Imigração e a transferência dos seus serviços de localização de imigrantes para o governo do estado de São Paulo.<sup>1</sup> No entender da Sociedade Central, a forma de ação da Promotora não permitia que os imigrantes se fixassem ao país. A Sociedade Promotora de Imigração, ao longo de sua existência, procurou provar que sua intenção também era fixar o homem à terra, dado também aos custos elevados da reemigração. Mesmo com essas duas formas antagônicas apontadas por Lucy Hutter (1972), no modo de fixar o imigrante na terra, as duas sociedades de imigração tinham um objetivo comum que era o de melhorar a imagem do Brasil no exterior para incentivar a emigração por meio de propaganda. Além da propaganda realizada principalmente pela Sociedade Promotora de Imigração, havia na imprensa, também, textos que exaltavam a figura do imigrante. Porém, muitos desses jornais, como o **Correio Paulistano** e **O Estado de São Paulo**, eram ligados ideologicamente ou societariamente às fontes oficiais e, por esse motivo, compartilhavam a mesma opinião. Por outro lado, a imprensa independente, por vezes, também exalta o imigrante, mas por outras contrasta a imagem desejada pelos meios

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a Sociedade Promotora de Imigração ver: SANTOS, Iverson Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886 – 1895)**. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2007.

oficiais. Isso pode ser explicado pelo fato de mesmo a imprensa considerada independente não conseguir se afastar das ideias de superioridade europeia que permeavam a sociedade da época. Esses jornais eram, muitas vezes, independentes somente por terem sido seus proprietários alijados das combinações políticas, como é o caso do **Diário Popular**, que foi criado por uma dissidência política do PRP<sup>2</sup>.

Para o fim da análise que este artigo se propõe, a imagem do imigrante será tratada em dois tópicos: a imprensa pró-ativa e a imprensa reativa. A imprensa pró-ativa é a imprensa oficial, ou seja, aquela que, ligada aos grupos dominantes, se faz como sua porta-voz apresentando sua opinião. A imprensa reativa é a imprensa independente, ou seja, aquela que não tem relação com os grupos dominantes e, portanto, apresenta opinião que difere da oficial. Porém, os dois grupos convergem para uma mesma utilização da palavra escrita: a veiculação de conteúdos fortemente ideológicos. Do lado da imprensa oficial havia uma coerência ideológica em torno dos ideais da classe dos fazendeiros produtores de café, fechados politicamente com o PRP, o que Sérgio Buarque de Holanda (FAUSTO, 2004) percebeu ao dizer que o partido formava um grupo com uma das mais sólidas coesões ideológicas quebradas apenas por pequenos episódios, como a eleição de Bernardino de Campos em 1892. A ideologia do trabalho, defendida pela economia liberal, começa a ser publicada e elogiada nesses veículos. Ecos das teorias de Adam Smith e Jean Batiste Say podiam ser percebidos na elaboração de um conjunto que favorecia a ideologia do trabalho. A imprensa independente nesse momento balança entre o apoio à parte da ideologia do grupo dominante. Não há nestes veículos uma oposição a esse conjunto de ideias liberais. Apenas tomava a forma, muitas vezes, de um grupo de oposição excluído do poder instituído, mas que dele não diferia em muitos aspectos. Outros veículos, entretanto, tomam posições radicalmente diferentes do grupo dominante. Novas ideologias como o socialismo e o anarquismo começavam a ganhar espaço em alguns veículos da imprensa escrita.

### **A imprensa pró-ativa ao imigrante**

A **Gazeta de Campinas**, de 11 de abril de 1883, trazia na sua seção de noticiário uma nota chamada “Colonos”, onde louvava a atitude do Comendador Monte Negro, que contratara 30 famílias açorianas para trabalhar na sua fazenda “Nova Louza”.

---

<sup>2</sup> Partido Republicano Paulista.

Segundo o jornal, sua atitude era digna de louvores, pois “a Nova Louza continuará com mais pujança em sua senda de prosperidade, dando o bello exemplo do trabalho livre e conquistando um futuro de grandes resultados”. Ainda, “nada mais digno de louvores do que a actividade e os esforços do Comendador Monte Negro”. Dessa forma colocado, o trabalhador, no caso aqui, o imigrante açoriano, era louvado por representar o trabalho livre, ou seja, o fim da escravidão que já estaria sendo previsto pelas pessoas que, adiantando-se aos movimentos abolicionistas ou juntando-se a eles, começaram a trazer trabalhadores livres para o Brasil. Assim, começava-se a criar, pela elite econômica, uma imagem do imigrante como o salvador da lavoura brasileira por ser uma opção viável para substituir os braços cativos.

O mesmo jornal, em 18 de abril de 1883, em primeira página, também na seção “Noticiário”, apresentava o anúncio de uma empresa de colonização organizada por Fonseca e Amzalack para promover a colonização açoriana no Brasil. O jornal destacava também que o assunto não passaria despercebido, pois “trata-se de um assumpto que é sem duvida da maior importancia da época”. Procurando tranquilizar os fazendeiros, o anúncio garantia que a empresa só engajaria pessoas que eram do campo e acostumadas com o trabalho agrícola, além de serem estabelecidas as bases e condições dos contratos pelos fazendeiros. Esclarecia ainda que os colonos chegariam às fazendas com um “débito muito diminuto”, pois o fazendeiro poderia receber o auxílio de 40\$000 para adultos e 25\$000 para os menores que o governo provincial destinava.

Em **O Intransigente**, de 18 de setembro de 1886, o jornal demonstrava sua posição favorável à imigração subsidiada ao declarar que:

[...] não posso compreender desenvolvimento economico, nas condições atuais do Brazil, sem a immigração européa em vasta escala, supprimindo os estorvos que a tutela da lei e dos homens imagina a cada momento contra os que querem ser brasileiros.” (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *O Intransigente*, 1886).

Entretanto, denunciava que as verbas destinadas ao serviço de imigração eram extremamente contraproducentes, pois permitiam trazer apenas três mil imigrantes por ano, enquanto os Estados Unidos e a Argentina abriam seus territórios e favoreciam de várias formas a imigração europeia. Criticou duramente as leis de imigração da época, ao declarar que

[...] os Estados-Unidos, a Republica Argentina abrem o territorio á corrente européa: nós offerecemos ao mundo o triste quadro de nosso actual orçamento (3.000 immigrantes por anno), nossas leis carunchosas, e nativismo açulado por preconceitos religiosos, politicos e de raças! (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. O Intransigente, 1886).

Não só o orçamento baixo, mas também as leis existentes eram contraproducentes, pois afastavam os interessados em emigrar. Congruente com a opinião corrente da época, a imigração europeia deveria ser incentivada e era considerada a mola mestra para o progresso e desenvolvimento econômico. Havia, neste artigo, um ataque à lei de imigração que permitia somente elementos europeus, impedindo a entrada de, principalmente, chineses. Ocorreu uma grande discussão na época para a mudança da lei que permitisse a entrada desses estrangeiros no território nacional. Muitas vezes levantaram-se contra essa ideia nos jornais e nas demais publicações, e ela não vingou até a chegada dos japoneses em 1908.

Em jornais do Espírito Santo também podem ser encontrados artigos que louvavam o imigrante e a imigração estrangeira, mais notadamente a europeia. Em um artigo publicado em **A Província do Espírito Santo**, de 17 de fevereiro de 1888, sob o título “Imigração Italiana”, era destacado que “Somos apologistas da imigração italiana e fazemos ardentes votos para que essa imigração aumente e prospere no nosso paiz”. As razões para tal preferência eram:

[...] sua indole, seu character ethenografico, sua adaptação ao nosso clima e costumes, sua iniciativa e instinto artístico, seu conhecimento especial de certos ramos da cultura que hão de ser no futuro as alavancas do nosso poder agricola – taes como a da vinha e a da sericultura. (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1888).

Segundo ainda o jornal, a “immigração italiana é a que offerece melhores condições para a sua assimilação no elemento nacional, tornando-se este no futuro homogeneo como convém que o seja.” Era exatamente a mesma opinião dos fazendeiros de café paulistas liderados pelos irmãos Prado na Sociedade Promotora de Imigração. Os italianos do norte, que já haviam sido trazidos pelas experiências de Vergueiro e outros, agradaram os fazendeiros pelas mesmas características de caráter expostas no jornal.

Em artigo de 08 de janeiro de 1889, o **Correio Paulistano**, que pode ser considerado o mais emblemático e exemplar porta-voz da posição oficial na imprensa paulista, não deixou dúvidas quanto à sua orientação a respeito da imigração, do papel

da Sociedade Promotora de Imigração e do imigrante europeu em território nacional. A recomendação de favorecer a propaganda no exterior teve seu auge nesse artigo, ao demonstrar que as sementes plantadas anteriormente estavam dando os frutos tão desejados e cobiçados, pois, ao citar as leis a respeito da imigração, complementou que

[...] vieram depois favorecer a propaganda oferecendo vantagens e condições capazes de encaminharem a corrente imigrantista, de modo a poder a província de S. Paulo contar em breve tempo com a imigração espontânea, que é a expressão a mais científica e perfeita desse grande fenômeno social – poderoso coeficiente do trabalho e da riqueza das nações. (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Correio Paulistano, 1889).

Para o jornal, a propaganda no exterior e a imigração subsidiada criariam os mecanismos para que os imigrantes se dirigissem espontaneamente para São Paulo sem a necessidade de maiores gastos e esforços. A teoria econômica liberal respalda a ideia veiculada no jornal por meio de Adam Smith (1986) e sua defesa do trabalho livre e assalariado de modo que as nações ricas só o eram por causa do trabalho, e que o trabalho conjunto da sociedade em defender seus interesses econômicos sem a interferência do governo garantiria por si só a distribuição da renda. Para ele, também é importante que haja uma passagem dos lucros obtidos dos que os esbanjariam numa vida pródiga, para os que saberiam utilizá-los de uma forma produtiva, reinvestindo-os de forma metódica assim que aumentem a produção e a produtividade. No mesmo artigo, o jornal afirma que o trabalho do imigrante europeu viria “para tornar a província de S. Paulo um vasto emporio de produção e de consumo sustentado e desenvolvido pelo trabalho inteligente e fecundo do operário estrangeiro”. O jornal, aqui, estava defendendo a criação do que seria chamado, posteriormente, de mercado interno. Os elogios foram muitos e, pode-se até dizer, descomedidos que a Hospedaria dos Imigrantes foi chamada de “palácio para o alojamento de imigrantes”. Além disso, justificou, também, a opção pela imigração subsidiada ao invocá-la como a expressão mais científica e perfeita, sendo também um poderoso coeficiente do trabalho e da riqueza das nações. Fez ainda uma crítica discreta à abolição ao chamá-la de problema e fruto da propaganda de 1888, mas que sua solução já estava encaminhada brilhantemente com a conquista realizada pela Sociedade Promotora de trazer trinta mil trabalhadores, tranquilizando, assim, a sociedade. Dessa forma, os problemas de uma classe social foram ampliados como os problemas de toda uma sociedade que estaria agora tranquilizada pela chegada dos imigrantes que substituiriam os elementos cativos

na empreitada cafeeira.<sup>3</sup> O salto para a modernidade e para o progresso poderia agora ser dado, mas cuidados ainda deveriam ser tomados para que a corrente imigratória, a tantos custos iniciada, não seja estancada trazendo, de novo, prejuízos para todo o conjunto da sociedade. O serviço de imigração é, então conclamado: “Que resultado estupendo! Quanto póde e de quanto é capaz a dedicação á causa da liberdade e do progresso social!!”

Não há imparcialidade nesse texto. A posição do jornal está colocada com determinação. Os elementos que fariam parte da propaganda favorável à imigração europeia e, principalmente, à imigração subsidiada estão presentes. Todos são elogiados e mostrados como a solução final para os problemas de mão de obra que tanto assustavam os cafeicultores, problemas esses que também são peça importante da propaganda imigrantista que corria para convencer a opinião pública que, com a abolição, a zona rural brasileira ficaria despovoada e toda a riqueza ainda por produzir não teria futuro.

No dia subsequente ao artigo, de 08 de janeiro de 1888, o **Correio Paulistano** publicou, também, uma reportagem especial de primeira página mostrando todo o trabalho de Antônio Prado como ministro da agricultura e como tornara possível dar encaminhamento à solução do, segundo o jornal, terrível problema dos braços para a lavoura de São Paulo. O trabalho é citado como patriótico e de suma importância para a província. Para o jornal, Antônio Prado era o exemplo a seguir por todos os paulistas desejosos em prestar relevantes serviços ao estado e, também o responsável pelo sucesso da imigração subsidiada, seja de forma direta com seu trabalho no Ministério da Agricultura, seja de forma indireta como membro fundador e idealizador da Sociedade Promotora de Imigração. Sua passagem pelo Ministério foi decisiva para a aprovação dos recursos iniciais do primeiro contrato que a Promotora assinou com o governo geral, simbólico pelo pequeno número de imigrantes e recursos envolvidos, mas extremamente importante para a consolidação da aliança que permitiria a troca definitiva dos braços que daí em diante tocaria a lavoura brasileira.

O serviço de imigração foi na imprensa chamado de patriótico e os cidadãos conclamados a acreditar que eles eram extremamente importantes e essenciais para a nação brasileira nesse momento. A imigração foi vendida como a grande possibilidade

---

<sup>3</sup> Deve-se entender que o jornal compreendia que falava somente para um público cativo que pertencia a sua mesma classe social ou, no mínimo, aos que procuravam imitar suas posições políticas. Para uma discussão a respeito do caráter parcial dos jornais da época ver SOUZA, Candice Vidal e. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

de crescimento econômico e, por que não, de que haveria uma distribuição da riqueza pura e simples pelo crescimento econômico que garantiria os empregos e as atividades para a sociedade brasileira. Segundo o pensamento econômico da época, o crescimento econômico por si só garantiria justa distribuição da renda por meio dos mecanismos de mercado.

Patriotismo é, aliás, uma palavra onipresente nas reportagens e nos documentos oficiais da Sociedade Promotora de Imigração e dos órgãos relacionados ao serviço oficial de imigração. Palavra esta que se encaixava na tese de que a imigração, principalmente a subvencionada, era a solução para os problemas nacionais. Defendê-la era ser antes de tudo um bom patriota. O projeto de uma classe social passava a ser o projeto de toda uma nação. Isso pode ser verificado pelas próprias palavras do presidente da Província em exposição de 1888 que declarou que a imigração era uma causa nobre e tinha:

Dr. Martinho da Silva Prado Junior, que tem sido, de há muito, o propugnador mais ardente da imigração entre nós, e que, possuindo estudos especiaes, fortalecidos por viagens á Europa, é o auxiliar mais poderoso e competente com que póde contar a administração neste particular. (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Correio Paulistano, 1888).

O progresso material da sociedade passava também por um progresso dos usos e costumes e, por essa razão, insistia-se na lógica de importar, para o país, os elementos que por si só eram considerados progressistas. Esse progresso só se daria com o desenvolvimento completo do sistema do capital e, para sua total conclusão, seria preciso trazer os elementos que faltavam e que pudessem dar condições para que a exploração do trabalho fosse concretizada, que eram os trabalhadores assalariados e acostumados com esse tipo de relação econômica.

Essas ideias tinham respaldo em Jean-Baptiste Say (1886), que afirma que as:

Famílias criadas num país civilizado que vão se estabelecer num país novo, levam para ele os conhecimentos teóricos e práticos que são um dos principais elementos da indústria. Levam para lá o hábito do trabalho, mediante o qual essas faculdades são postas em prática, e o hábito da subordinação, tão necessário à manutenção da ordem social; levam também alguns capitais, não em dinheiro, mas em utensílios e provisões variadas; essas famílias, finalmente, não dividem com nenhum proprietário os frutos de uma terra virgem cuja extensão ultrapassa, durante muito tempo, o que são capazes de cultivar. (SAY, 1886, p.195-196).

O hábito da subordinação, por ele citado, encontrou ecos em homens como o visconde de Indaiatuba que declarou gostar dos seus colonos alemães por serem apegados ao trabalho e à família e, por esses motivos, adaptaram-se ao trabalho na fazenda, além de não se rebelarem com as condições oferecidas.

Para Carlos Santos (1998), além de tudo, os imigrantes eram os que poderiam ser a mais bem acabada representação dos elementos do progresso. Eram os “civilizados”, exemplos de trabalho intenso, formadores de indivíduos honrados, honestos e moralizados por virem de um mundo a ser imitado. Não bastava somente europeizar as cidades, as populações, a cultura ou os costumes, era necessário também europeizar as relações com o capital. O imigrante representava o progresso porque o progresso era o regime do capital que estava sendo introduzido no Brasil com a capitalização dos regimes de trabalho. Segundo Say (1986) os imigrantes recém-chegados têm também os mesmos hábitos frugais, pois segundo ele,

Aparentemente, ao deixar seu país natal, os colonos nele deixam parte de seus vícios. Renunciam aos luxos, a esse fausto que custa tão caro na Europa e que é de tão escassa utilidade. Lá para onde vão, é-se obrigado a só apreciar as qualidades úteis, consumindo-se apenas o exigido pelas necessidades razoáveis. (SAY, 1986, p. 196).

Essa frugalidade do imigrante servia aos propósitos da propaganda, pois poderia mostrar que na nova terra somente o trabalho árduo poderia trazer recompensas futuras causando também uma formação mais rápida de capitais que na Europa.

Antônio Prado, conforme mostrado por José de Souza Martins (1992) declara que os imigrantes são o melhor exemplo de que a filosofia do trabalho é o melhor meio de mudar de vida, para tanto, Prado incentivou a formação de alguns núcleos coloniais onde os imigrantes pudessem comprar terra e se tornarem pequenos proprietários rurais. O europeu foi o elemento que já estava acostumado com as relações capitalistas de trabalho e que estava sendo expulso da Europa por ser o excesso de carga, ou “I xe come la zavorra”, como proferido por Alessandro Rossi, empresário e senador do reino da Itália, excedente que deveria ser lançado ao mar para que o navio pudesse prosseguir. O preconceito não era somente de cor ou de raça, não somente social tampouco, mas sim de modo de produção. A afirmação de Say (1986) de que “A essas causas de prosperidade, deve-se acrescentar aquela que é, talvez, a maior de todas, isto é, o desejo que todos os homens têm de melhorar sua condição e de tornar o mais feliz possível o destino que abraçaram definitivamente” (p. 196) complementa o arcabouço de ideias

que inspiraram Martinho e Antônio Prado na formação do que pode ser chamado de projeto imigrantista. Aproveitar esse desejo de mudar de vida fez com que os irmãos Prado apostassem na ideia de localizar somente as pessoas que tivessem sido chamadas por parentes e amigos. São os exemplos de sucesso que podem apoiar e suportar uma ideia.

Em artigo intitulado, **Crise Agrícola**, do **Diário Popular**, de 13 de agosto de 1892, Bernardino de Campos colocava uma bem organizada defesa dos interesses dos fazendeiros e da economia cafeeira no geral. Pontos já destacados, aqui, como presentes em outras peças de divulgação, foram repetidos e enfatizados como, por exemplo, a falta de mão de obra e a grande colaboração que os imigrantes europeus trariam não só a economia nacional, mas também a toda a sociedade brasileira. Não é apenas uma peça de divulgação, mas também uma resposta aos críticos da economia cafeeira, em geral, e aos que defendiam a utilização de ex-cativos nas lavouras. A mão de obra imigrante foi colocada como poderosa e produtora de surpreendentes resultados na lavoura, como ficou indicado no trecho:

Por outro lado, a lavoura de café desenvolveu-se extraordinariamente. Ribeirão Preto, Jahú e muitas outras partes do estado, que ainda ha poucos annos eram verdadeiros sertões incultos, estão hoje povoados, e em virtude de sua fertilidade prodigiosa, attrahem para lá grande parte dos trabalhadores que nos vêm da Europa. (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1892).

A defesa da imigração foi ressaltada. A redução da corrente imigratória para o estado de São Paulo foi lamentada e foram realçadas as vantagens dos trabalhadores europeus em comparação com os ex-cativos, demonstrados como uma possível, mas não desejada solução para o problema da mão de obra. Para Campos, apesar de terem experiência no trabalho agrícola, não poderiam ser recrutados por estarem entregues aos vícios e à indolência, além de estarem ocultos nas proximidades das cidades.

O jornal **O Commercio de São Paulo**, por exemplo, recomendou que na renovação dos contratos de imigração deveria-se preferir “a introdução de imigrantes europeus, os quaes devem ser sempre preferidos em tudo e por tudo a viciosissima e defeituosa immigração asiatica.” Demonstrou, porém, preocupação na aplicação das verbas referentes ao serviço de imigração demonstrando que “Não se trata da aplicação de uma verba insignificante nem tão pouco de um contracto sem importancia para o equilibrio da nossa riqueza agricola e industrial”. Ou seja, na opinião do jornal, a

imigração europeia e subsidiada deveria ser continuada para benefício da economia nacional.

No seu segundo artigo, de 22 de junho de 1893, da série iniciada, o jornal revelou concordar com a intenção de trazer mais imigrantes e considerava justas as reivindicações da lavoura de utilizar recursos públicos para atender às necessidades da lavoura de café, mesmo criticando a forma com que as verbas eram gastas. Portanto, a crítica não era somente aos gastos públicos com interesses privados, e sim, a forma com que esses gastos foram realizados e a quem beneficiaria, pois,

Nosso congresso mostra uma nitida compreensão dos seus deveres e atende á mais palpitante exigência da actualidade e interpreta as justas aspirações da lavoura não regateando dos meios para mais as avolumar a corrente immigratoria para o Estado de S. Paulo, que tem espaço amplo para o desenvolvimento de todas as actividades, serviço para todos os braços, e futuro seguro e certo para todos os trabalhadores. (BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. O Commercio de São Paulo, 1893a).

E afirmou que “as despesas feitas com esse serviço são como as sementes lançadas em terra fecunda: compensam prodigamente os sacrificios do sementeiro”. Além disso, para o jornal “o Congresso de S. Paulo ter a intuição clara de sua missão social e economica”.

Os artigos apresentados permitem concluir que a imprensa, mais notadamente alguns jornais mais que outros, teve importante papel na divulgação das suas principais ideias, ou seja, i) louvar a imigração europeia e o imigrante europeu como o substituto da mão-de-obra cativa no trabalho da lavoura; ii) divulgar a ideia de que não haveria trabalhadores suficientes para fazer frente às futuras expansões; iii) criar e expandir um mercado de trabalho para pressioná-lo de forma a fazer os salários pagos decrescerem permitindo assim maior lucratividade e capitalização da economia; iv) garantir uma corrente imigratória consistente para assim acalmar os ânimos da sociedade interessada; v) mostrar e justificar para a opinião pública que os gastos partindo do erário estavam sendo muito bem canalizados para o progresso e dinamização da economia; e, dessa forma, vi) melhorar a imagem do Brasil para incentivar a imigração em massa, cumprindo com a função de divulgar opiniões de pessoas capacitadas para uma defesa bem articulada e consciente. É importante colocar, novamente, que essa imprensa não era neutra e nem que agia somente por defender sua ideologia. Era uma imprensa que era parte da classe política e econômica dominante, seja social ou societariamente, pois

os jornais relacionados aqui tinham como seus sócios os grandes fazendeiros e políticos paulistas. Dessa forma, sua opinião era um eco da opinião oficial.

### **A imprensa reativa ao imigrante**

Não era comum os maiores e mais importantes veículos de imprensa de São Paulo, analisados, criticarem a imigração e o serviço de imigração, pois esses jornais eram de propriedade de alguns de seus sócios, como, por exemplo, **A Província de S. Paulo** e **O Correio Paulistano**, ou ainda pertencentes a órgãos políticos simpáticos a sua atuação como é o caso do **Correio Paulistano** que era o veículo de imprensa das ideias do PRP. Somente em jornais de menor circulação e de orientação política contrária é que foi possível relacionar algumas críticas.

Em 16 de março de 1883, em o **Diabrete do Rio de Janeiro**, em artigo denominado “O que fazem os italianos?”, há uma amostra do que uma parcela da sociedade brasileira, no caso a carioca, representada pelo periódico, pensava a respeito dos imigrantes, nesse caso, os italianos. Não só dos que chegavam como imigrantes, mas também dos que vinham ao Brasil com companhias de ópera e de dança para apresentações. O artigo abusa da má linguagem e, em vários parágrafos ocorreram ofensas aos imigrantes. Os homens foram chamados de vagabundos, inimigos do trabalho, malandros e malditos. Mas, foi às mulheres que os piores adjetivos foram usados: desde vagabundas, não no mesmo sentido que aos homens, mas como sinônimo de prostitutas, também utilizado, assim como bilontras e aproveitadoras. Mas a má linguagem não foi dirigida somente aos imigrantes italianos e às italianas; os brasileiros também foram aquinhoados com adjetivos como tolos e burros ao cederem aos desejos e encherem-nas de presentes e dinheiro. Essa utilização de linguagem depreciativa e pejorativa retira do artigo a sua seriedade, mas é preciso ponderar, no entanto, que o periódico se autodenomina como o da pilheria, da crítica e do ridículo, portanto fazia parte de sua proposta editorial. Ele pode estar incluído em uma dessas três categorias, ou em todas elas. Contudo, críticas semelhantes foram encontradas em outros periódicos e em outras cidades e, por isso, o seu conteúdo pode ser considerado como a opinião do autor do periódico e não somente como uma brincadeira.

Segundo o jornal, a colonização italiana não traria fruto nenhum para o país, pois “os italianos segundo o nosso modo de pensar, são inimigos fidalgos do trabalho” e que “Elles entendem que, tocando rabeça, batendo tacho, engraxando botas, dizendo missas

e impingindo-nos umas companhias de operas, as quaes sobem á scena muito esbodegadas, teem feito o seu itinerario nesta vida”. É um tipo de crítica que atacava somente o lado mais fraco e, mais visível, de um problema que era sócio-econômico, pois a sua raiz estava em um sistema agroexportador dependente de um único produto, o café, que atraia a mão de obra, mas não garantia a sua permanência na lavoura. Essa mobilidade do imigrante da fazenda para a cidade se dava por várias razões, sendo que uma delas era a falta de aptidão ou o costume para o trabalho na lavoura, o que tornava difícil que o imigrante recém-chegado permanecesse na fazenda. A utilização de subempregos era, portanto, uma estratégia de sobrevivência para essas camadas sociais que foi muito comum no final do século XIX e início do século XX. Essa era uma das principais críticas que os opositores da imigração subsidiada destacaram sem, contudo, ocorrer a resolução do problema que persistiu enquanto ela durou.

Ao dizer que “O italiano, é malandro por natureza, e raro é, ver-se um que seja trabalhador, e que, procure ganhar a vida, que não seja pelos meios acima apontados”, o autor desejava demonstrar que a figura do imigrante causava incômodo e desconforto. Na frase “E tem uma scisma os maldictes, que é, mudarem a Itália para o Rio de Janeiro” ocorria também uma demonstração de xenofobismo com generalizações que demonstravam o medo do estranho e do diferente, principalmente de uma mudança dos costumes.

Percebe-se uma visão preconceituosa das mulheres também presente, principalmente ao dizer que “E ainda em cima, verão se essa canalha, ao por o pé no vapor que as tiver de leval-as d’aqui para fóra, não dirão”. Aos homens não foi feita semelhante declaração. A eles não foi pedido que se retirassem do país, nem que zombavam do país que os recebeu. Mas é uma opinião que se encaixava nos moldes morais da sociedade brasileira da época.

Não só nos grandes centros brasileiros pode ser observado o fenômeno da mendicância dos imigrantes; em São Mateus, no Espírito Santo, por exemplo, ele pode ser também verificado. No jornal **O Estado do Espírito Santo**, de 15 de fevereiro de 1889, um grupo de imigrantes italianos compostos de homens, mulheres e crianças “esmolam pelas ruas d’esta villa [São Mateus] como já esmolaram pelas estradas do alto Castello”. Essa é uma crítica que ocorre em outros jornais também.

Em 1889, portanto nos anos iniciais da grande imigração subsidiada, já podiam ser encontrados ecos na imprensa questionando a posição oficial da falta de braços para a lavoura. Em **O Correio de Campinas**, de 25 de dezembro, há o seguinte comentário:

“Passaram hontem por esta cidade com destino a Espirito Santo do Pinhal cento e poucos immigrants. E ainda dizem que não ha braços para a lavoura!” Percebe-se que a cena deveria ser corriqueira, pois não sendo grande o número de pessoas, não caberia a crítica tão contundente. Denota, assim, uma percepção de que os gritos por braços fossem talvez exagerados ou propositais.

Por vezes a imagem do imigrante estava ligada à desordem, aos motins e ao crime. Em a **Gazeta de Noticias**, do Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1889, pode-se encontrar a seguinte passagem: “Na hospedaria de immigrants 10 hespanhões, armados de revólver, exigiram passagens do governo para sua repatriação. Uma força de 50 praças expulsou da hospedaria os amotinadores.” É sabido, no entanto, que as passagens de repatriação eram concedidas aos imigrantes que não se adaptassem ou que não quisessem ficar em São Paulo, e que na chegada dos imigrantes as armas eram muitas vezes retiradas e confiscadas. Foram muitas as reclamações dos imigrantes a respeito do exagero nas revistas na chegada à Hospedaria dos Imigrantes.<sup>4</sup>

O artigo sobre imigrantes turistas em Diario de Noticias – Folha da Tarde, de 26 de fevereiro de 1889, denunciava que os imigrantes poderiam com facilidades realizar viagens de turismo para o Brasil às custas do erário dadas as condições facilitadas de se obter o auxílio provincial dedicado aos imigrantes espontâneos.<sup>5</sup> O jornal comunicava que:

Na secretaria da policia foi hontem visado o passaporte de uma familia italiana, composta de cinco pessoas, que, chegando aqui, como immigrant, a 24 de Janeiro ultimo, recebeu o auxilio provincial no dia 26 do mesmo mez, e volta para a Europa, fazendo, pois, a viagem a custo do nosso governo, que teve de pagar-lhe cerca de 400\$000! (DIÁRIO DE NOTICIAS, 1889).

Atentava ainda para o fato de que ocorreram inúmeros fatos idênticos sem que nada se fez para evitá-los.

Cita ainda, o caso de “uma numerosa familia de immigrants demorou-se nesta Capital o tempo exclusivamente necessario para receber o respectivo auxilio, partindo para o Rio da Prata tão depressa pilhou a boa maquia”. O que muitas vezes ocorria, era

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre as reclamações dos imigrantes a respeito da Hospedaria dos Imigrantes ver SANTOS, Iverson Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração - (1886 – 1895)**, São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2007.

<sup>5</sup> Jornal de propriedade de Coelho de Souza e Bairão, intitula-se como neutro em política. Esse artigo foi encontrado recortado em meio da documentação pertencente à Hospedaria dos Imigrantes. Não foi possível localizar o exemplar inteiro do jornal. Especula-se que este trecho foi, provavelmente, selecionado por algum funcionário para que o inspetor pudesse responder à acusação feita.

que a família aproveitava-se da passagem para a época da colheita e, finda, esta, dirigia-se para outras localidades, a República Argentina, por exemplo. Esse tipo de intercâmbio foi comum enquanto durou o subsídio das passagens.

No mesmo artigo, do **Commercio de São Paulo**, de 22 de junho de 1893, em que foi feita a exaltação da imigração em si, o jornal fez uma crítica ao serviço de imigração, pois estaria trazendo para o Brasil imigrantes não desejados, tanto do ponto de vista do trabalho quanto do ideológico:

[...] tem introduzido no paiz o proletariado europeu, com os seus vicios e perniciosas tendencias para o anarchismo, quando no Brasil, felizmente, o trabalhador encontra occupação em todos os ramos de actividade, porta larga e aberta a todas as aptidões, tendo a certeza de conseguir o bem estar, desde que una os elementos do trabalho ao da economia. (BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. O Commercio de São Paulo, 1893a).

A vinda dos imigrantes era bem-vinda, porém o controle sobre os elementos era também visto como necessário para um país com forte controle ideológico que desejava a continuidade do *status quo*. Elementos ideologicamente estranhos à filosofia do trabalho eram indesejáveis. Warren Dean (1977), no entanto, não enxergou na elite brasileira, sobretudo a paulista, um desejo de forte controle na mobilidade social. Ele coloca que essa elite aceitava e, muitas vezes, procurava esse tipo de aliança como forma de tornar-se mais europeia e branca. Ou seja, a entrada de imigrantes anarquistas preocupava porque trazia ao país elementos que comungavam pensamento divergente e conflitante com o dos que pensavam em criar um mercado de trabalho e na sua utilização. Nos artigos seguintes, o jornal insistiu no assunto chamando esses imigrantes de inimigos irreconciliáveis do capital, mostrando assim, sem dúvida, de que lado estava na disputa entre capital e trabalho.

A principal reclamação contida no jornal era a de que mesmo com os gastos de oito mil contos de réis despendidos com o serviço de imigração desde a sua constituição, os fazendeiros ainda reclamavam, constantemente da falta de braços para a lavoura. A causa estava na forma com o que o poder público lidava com o problema, pois, segundo o jornal, as estatísticas demonstravam que mesmo tendo entrado um número elevado de imigrantes “apenas uma quinta parte seguiu para o interior a ocupar-se nos serviços da lavoura”.

Havia também a preocupação de origem moral com o tipo de pessoas que estavam sendo transportadas. A principal queixa era que não se encaixavam nos padrões

morais vigentes do final século XIX, principalmente à “grande quantidade de indivíduos ociosos, vagabundos, maculados por todos os vícios”.

O destino da mão de obra também preocupou. As grandes lavras que seriam destinadas à lavoura estavam voltando-se às cidades por diversas razões, mais notadamente, pelas condições da vida no campo e porque muitos contratados não eram agricultores de origem, fato que também foi muito criticado. Dessa forma, o jornal demonstrou que “as nossas cidades, principalmente esta capital, contam aos milhares homens que exploram as mais inúteis indústrias, e vêm, dia a dia, aumentar na proporção desse acréscimo da população suspeita, a prática de atentados a vida e a propriedade”.

O discurso nacionalista foi reforçado, ao declarar que o Brasil não pertence mais aos brasileiros, e São Paulo não pertencia aos paulistas. As análises realizadas por outros autores,<sup>6</sup> que estudam o final do século XIX, confirmam que pelo menos em São Paulo havia uma grande preponderância de elementos estrangeiros, mais notadamente de nacionalidade italiana. Em alguns setores da economia, ressalta Carlos Santos (1998), como, por exemplo, na indústria, o número de italianos e estrangeiros, no geral, chegava em alguns momentos a ser maior que os brasileiros. Porém, ao analisar outras atividades econômicas consideradas excluídas e de pouco valor social, ele percebe uma grande quantidade de elementos nacionais. Conclui ele que a desvalorização de determinadas atividades é levada em conjunto com a desvalorização do elemento nacional. Funções como as de carroceiros e vendedores de ervas eram exploradas quase que na totalidade por nacionais. A indústria, por outro lado, também representava uma modernidade a ser atingida.

Em um outro artigo intitulado “Pequenas Notas”, de 05 de setembro de 1893, O *Comercio de São Paulo* reiterou as críticas anteriores e confirmou sua posição de defesa do imigrante espontâneo, porém contrária ao imigrante subsidiado. O mote para o artigo era o aparecimento de enfermidades suspeitas na Hospedaria dos Imigrantes, o que, segundo o jornal, justificaria a construção de outra hospedaria em local mais distante da capital. Foi reiterada a cobrança do governo para uma fiscalização mais cuidadosa do estado de saúde dos imigrantes, que chegavam à capital para evitar as moléstias contagiosas que poderiam propagar-se com mais facilidades em ambientes

---

<sup>6</sup> Ver CARELLI, Mario. **Carcamano e comendadores. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919 – 1930)**, São Paulo: Ed. Ática, 1985; CENNI, Franco. **Italianos no Brasil. “Andiamo in ‘Merica...”**, São Paulo: Livraria Martins Editora - Edusp, 1975; FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

com várias pessoas, como era o caso dos navios de transporte e das hospedarias onde ficavam hospedados até encontrarem colocação.

Para o jornal, o imigrante era desejado quando não trazia custos para o erário, ou seja, o imigrante espontâneo era melhor que o subsidiado por ter sua passagem paga com recursos próprios. O jornal demonstrou desconhecimento das leis vigentes que previam um reembolso do valor da passagem aos espontâneos, caso procurassem os órgãos competentes e apresentassem a documentação necessária, por exemplo, uma carta do fazendeiro de onde estivessem colocados, o passaporte e o bilhete da passagem. Ou seja, o espontâneo também gerava gastos para o Estado, porém, algumas vezes poderia ocorrer de o imigrante, por desconhecimento da lei, não solicitar o benefício, ou de ele ser negado por alguma irregularidade ou falta de documentos. Entretanto, o Estado não adiantava o valor da passagem, podendo pagá-lo ou não mais tarde. Isso fica evidenciado no trecho seguinte: “Se esses estrangeiros procurassem espontaneamente o nosso paiz sem de fórma alguma pesarem nos cofres publicos, nada teríamos a dizer sobre a sua ida ou não para os estabelecimentos agricolas.”

É possível perceber várias críticas encontradas nos periódicos, sobre a evolução e os gastos do serviço de imigração que trazia os imigrantes sem verificar sua conduta, idoneidade moral ou física. Essa questão da relação custo-benefício para trazer os imigrantes para Brasil foi bastante discutida, e uma opinião geral que pôde ser tirada é a de que muitos concordavam com a imigração em si, porém discordavam dos meios para realizá-la. A forma mais comum utilizada era a de pagar os contratadores por imigrante embarcado. Em São Paulo, o caso mais notável é o da Sociedade Promotora de Imigração, que fechava contratos com o governo de São Paulo para trazer grandes levadas de pessoas, ganhando por pessoa embarcada, embora seus estatutos não permitissem a existência de lucros com o serviço. Ela por sua vez, contratava localizadores na Europa que ganhavam por imigrante embarcado, e estes sim, poderiam realizar lucros. Ou seja, quanto maior e mais rápido os contratos fossem satisfeitos, mais eles ganhariam.<sup>7</sup> Nesse artigo há uma referência direta ao trabalho das sociedades de imigração que operavam por causa da necessidade de mão de obra para a agricultura. Elas aproveitavam-se e,

Pondo de parte a clausula de que só querem immigrants para a lavoura, preocupam-se unicamente com o numero que lhes compete introduzir no

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a Sociedade Promotora de Imigração ver SANTOS, Ivison Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração - (1886 – 1895)**. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2007.

Estado, pouco valor ligando a que os seus agentes na Europa completem esse numero arrebanhando alli grande quantidade de individuos ociosos, vagabundos, maculados por todos os vícios. (PEQUENAS NOTAS, 1893),

Para conseguir cumprir os seus contratos, segundo o jornal, apenas uma quinta parte de todo o pessoal localizado nas fazendas de São Paulo estaria permanecendo nas lavouras, número esse que, no entanto, era muito difícil de precisar. Os imigrantes localizados nas fazendas podem ser facilmente levantados, porém quantos permaneceram nas fazendas não é fácil de ser levantado. Vangelista (1991), por exemplo, indica ser grande o giro de imigrantes entre as fazendas e das fazendas para as cidades, opinião que é corroborada por Gadelha (1982) que inclui os baixos salários e as condições de trabalho como fontes expulsoras da mão de obra. Porém, guardadas as devidas proporções e considerando o grande crescimento demográfico da cidade São Paulo, nesse período aqui considerado, pode-se observar que era realmente alta a taxa de evasão das fazendas para a cidade. Deve-se considerar, também, as críticas apontadas por alguns contemporâneos de que várias pessoas passavam-se por agricultores para poder ganhar a passagem para o Brasil. Pozzebom (1997), por exemplo, narra a história de algumas pessoas, de uma mesma família, que declararam-se agricultoras. Daí o jornal declarar que “É assim que as nossas cidades, principalmente esta capital, contam aos milhares homens que exploram as mais inúteis industrias, e vêm, dia a dia, augmentar na proporção desse acrescimo da população suspeita, a pratica de attentados a vida e a propriedade”.

A fiscalização dos imigrantes e dos gastos realizados também foi cobrada pelo jornal: “É – coisa singular! – pela introducção na nossa sociedade desses temerosos elementos de toda sorte de delictos o governo pagou somma avultada, porque o governo paga por cabeça, sem fiscalizar a qualidade do immigrante que lhes apresentam”. (POZZEBOM, 1997).

O jornal **A Platéia** publicou uma série de artigos intitulada “Revista Util” – “A Republica e a Imigração”, em janeiro de 1895. Em 25 de janeiro, mais uma vez os monopólios foram atacados, principalmente os que estavam nas mãos de imigrantes, como verduras e ovos e, principalmente, o da carne verde.<sup>8</sup> Mas a principal crítica foi às condições que a imigração subsidiada impunha e as consequências da passagem gratuita aos imigrantes que, segundo o jornal, deveriam estar nas lavouras e não nas cidades mercadejando uma série de coisas. O governo, segundo o jornal, “contractou agora a

---

<sup>8</sup> Carne fresca não salgada.

entrada de 50,000 immigrants para a lavoura, não fez nada mais que pagar perto de si libras esterlinas, para uma gente que elle sabe perfeitamente que vem para explorar as industrias, mas nunca para trabalhar na lavoura”.

A mobilidade dos imigrantes dentro do país foi também novamente apontada e criticada como um prejuízo para a lavoura, pois “passada a primeira colheita nas fazendas que os recebeu, dellas retiram-se, com as pequenas economias que accumularam, e vão para os centros populosos viver de qualquer industria”.

No terceiro artigo da série, datado de 26 de janeiro de 1895, temos mais críticas realizadas ao serviço de imigração e aos seus executores. A imigração subvencionada foi comparada ao tráfico de escravos, onde o lucro também era auferido pelas cabeças introduzidas, e concluiu que nenhuma diferença havia entre um e outro, pois se descuidava da qualidade dos imigrantes contratados, preocupando-se, somente, com a quantidade de braços introduzidos. Outra vez a crítica à atração de pessoas que não se prestavam à agricultura, chamando-as de ineptas e imprestáveis, que eram atraídas em conjunto com negociantes falidos, músicos e até padres. Essa crítica, porém não era inédita, e já havia sido anteriormente rebatida por Martinho Prado no relatório apresentado ao governo da província de 1886, ao dizer que as famílias de imigrantes ficavam mais felizes e realizadas junto aos seus, ou seja, permitia-se a entrada de elementos que não eram agricultores ou que eram inaptos ao trabalho em nome da felicidade e da unidade familiar. Franceschini (1908) que escreveu em 1908 sobre a imigração italiana para a América e, mais notadamente para o Brasil, alerta para esse fato, e reafirma que no país era possível encontrar vários elementos doentes, velhos, e outros sem capacidade para manterem-se. Confirma, entretanto, que em 1892 o governo de São Paulo baixou decreto que deveria durar dois anos permitindo o repatriamento dessas pessoas, porém às custas do Estado. Na sua opinião o Brasil era um país que precisava de tudo e esses elementos não poderiam contribuir positivamente para o progresso social do país. Ecos da sua crítica estão nesse pequeno trecho do artigo da **Revista Útil**: “O que será do Brazil, deste novo paiz de Canahan, si elle se transformar em asylo de gente inepta, imprestavel, quando os seus poderosos elementos de riqueza e vida exigem a maior somma de actividade e trabalho?”.

Os imigrantes não eram desejados para formar exércitos de reserva de mão de obra, mas, na concepção do jornal, deveriam ser a origem de uma classe de pequenos proprietários de terra, produtores, principalmente, de alimentos para as nascentes regiões urbanas. Pode-se concluir que é também uma crítica à manutenção da grande

propriedade monocultora, que, dessa forma, estava sendo mantida. Para tanto, recomendava que:

A divisão, em lotes, das terras devolutas, hoje pertencentes aos Estados, e a sua venda á modico preço aos colonos, é um meio de incontestavel efficacia para a colonisação e para o progresso e desenvolvimento da pequena lavoura, que, abastecendo os mercados consumidores, dará em resultado a baixa dos principaes generos alimenticios, hoje tão elevados. (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Platéia, 1895).

Ao declarar que “o traficante de escravos auferia os lucros que lhe proviam da venda dos negros; o trafico de colonos aufere os lucros das cabeças que introduz no mercado” a imigração estava sendo colocada como uma nova forma de tráfico negreiro onde os lucros dos transportadores continuavam sendo por cabeça transportada, e as condições de transporte também deploráveis. Terminava o trecho com a afirmação de que “Nenhuma diferença ha entre um e outro commercio!”. Grosseli (1991) faria a mesma comparação em seus estudos sobre imigração de colonos trentinos para o Brasil ao chamá-los de escravos brancos para as florestas brasileiras.

Além disso, **A Platéia** foi mais radical ao recomendar que,

Tranquemos os nossos portos a todas as nações, tratemos da imigração expontanea, auxiliemos tanto quanto possivel o europeu na aquisição de terrenos para o seu estabelecimento, e esperemos, que não nos faltarão auxiliares para todos os ramos da industria, maximé para a lavoura. (DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Platéia, 1895).

### **Considerações finais**

O que se procurou mostrar é que a imprensa dominada pelos grandes cafeicultores, que por sinal era também a predominante entre os veículos de comunicação escritos da época, era favorável à imigração estrangeira e, sempre que podia, veiculava artigos mostrando que o imigrante europeu era o indicado para trabalhar nas lavouras de café apoiados nas teorias raciais que predominavam. Defendiam não só a imigração, mas, sobretudo, a imigração subsidiada que foi praticada em São Paulo, pois por ela poderiam obter não somente imigrantes europeus, mas também iniciar e manter uma corrente imigratória que fornecesse pelo lado da oferta de mão de obra uma fonte abundante de trabalhadores, que, dessa forma, supririam as necessidades futuras da expansão das lavouras sem fazer comprimir os lucros pelas

pressões oriundas pelo lado da demanda. O imigrante europeu é retratado como a panacéia para todos os problemas civilizatórios brasileiros.

Por outro lado, uma pequena parte da imprensa criticava a “falta de braços” proclamada pelos fazendeiros. Para eles, como poderia haver falta se não paravam de chegar imigrantes? E esses, ao invés de se dirigirem às fazendas, estavam lotando as cidades.

Há de se notar que mesmo essa imprensa, não é contrária à imigração *per se*, e sim à forma com que ela estava sendo realizada, pois o europeu era desejado, mas não nas cidades concorrendo com os brasileiros que procuravam empregos urbanos. De acordo com ela, o lugar do braço europeu era na lavoura produzindo alimentos para combater a carestia que ainda grassava nas cidades.

Poucos veículos levantaram as vozes para criticar a imigração e demonstrar sua opinião contrária a ela. O que temiam era o choque civilizatório trazido por eles e também a demonstração de que o europeu das camadas baixas não era tão diferente do brasileiro caboclo cuja imagem era denegrada pela elite e pelos seus órgãos de imprensa.

Dessa forma, o desejado progresso chegava, mas, com ele, vieram problemas já velhos conhecidos, como o crescimento desordenado das cidades, o subemprego, o crescimento das moradias inadequadas e outros problemas familiares à realocação maciça de pessoas sem que tenha havido um planejamento por parte do Estado para recebê-las. As cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro pouco fizeram na infraestrutura urbana para acomodar tal fluxo de pessoas.

**The image of the immigrant in the press:  
a comparison between the official and unofficial discourse (1883 - 1895)**

**Abstract**

The last quarter of the nineteenth century was a time of great and deep change in Brazilian society's structure. Slavery, which was the basis of Brazilian economy, was in a pace of replacement. Due to England's pressure and Brazilian organized abolitionist societies, free work was becoming a reality. Millions of immigrants started to come into São Paulo's coffee farms and then to its capital. Society had to be prepared to this gigantic change. That was the part played by big and not so big press vehicles which made a real campaign to make people accept and, more, believe that this was the step to make Brazil richer and more progressive. Progress was the word combined with the European immigrant, but not only, a trace of superiority was linked with them. Not all press vehicles joined that idea, and some of them, the smaller mainly, began to show the problems that came with this half a million people who came in less than twenty years.

**Key words:** Immigration; Paid immigration; Press; Immigrant image; Free work.

**Referências**

**Fontes Primárias**

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Auctoridade**, 11 out. 1896.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **A Ordem**, 07 set. 1885.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revista Util – A Republica e a Imigração. **A Platéia**, 25 fev. 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revista Util – A Republica e a Imigração. **A Platéia**, 23 abr. 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revista Util – A Republica e a Imigração. **A Platéia**, 02 maio 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revista Util – A Republica e a Imigração. **A Platéia**, 04 maio 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cidade de Bragança**, 12 dez. 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cidade de Bragança**, 05 jan. 1896.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. **Correio de Campinas**, 25 dez. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Correio Paulistano**, 1886-1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Correio Paulistano**, 8 jan. 1888.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Correio Paulistano**, 8 jan. 1889.

UNICAMP. **Arquivo Edgard Leuenroth**. Cod. MR/3839. Diabrete, n. 33, 16 ago. 1883.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diario de Noticias**, 26 fev. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diario de Noticias**, [Rio de Janeiro], 04 abr. 1889. 18 out. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diario de Noticias** [Rio de Janeiro], 18 out. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diario do Parlamento Brasileiro**, 15 set. 1887.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diario Official da Republica dos E.U.B.**, 15 nov. 1890.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Popular**, 1886 a 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Popular**, 13 ago. 1892.

CENTRO DE APOIO À PESQUISA EM HISTÓRIA. **Fanfulla**. Rolo 1. 17 set. 1893 – 09 maio 1897.

UNICAMP. Arquivo Edgard Leuenroth. **Gazeta de Campinas**, 11 abr. 1883.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gazeta de Descalvado**, 13 nov. 1892.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gazeta de Noticias**, 10 maio 1889.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. **Gazeta do Povo**, Nov. 1889.

COLEÇÃO PARTICULAR DE SILVIA LANG. **Germania**, 03 mar. 1888. 24 mar. 1888.

COLEÇÃO PARTICULAR DE SILVIA LANG. **Germania**, 24 mar. 1888.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Jornal do Operário**, 13 nov. 1892.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. **O Commercio de São Paulo**, 22 jun. 1893a.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. Pequenas Notas. **O Commercio de São Paulo**, 05 set. 1893b.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE. **O Commercio de São Paulo**, 22 jun. 1893.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Estado de São Paulo**, 1886-1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Federalista**, 06 jul. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Federalista**, 06 10 jul. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Federalista**, 08 nov. 1889.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Immigrante**, 26 jan. 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Immigrante**, 27 Jan. 1895.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Intransigente**, 18 set. 1886.

### **Fontes secundárias**

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo III. 2004. 1v.

FRANCESCHINI, Antonio. **L'emigrazione italiana nell'America Del Sud**. Roma: Forzani e C. Tipografi Editori, 1908.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino. **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850 -1920)**: contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. 1982. 401 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. Mimeo.

GROSSELLI, Renzo M. **Da schiavi bianchi a coloni**. Um progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1991.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889)**. Os primeiros contactos do imigrante com o Brasil. São Paulo: IEB – USP, 1972.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo – São Caetano do Sul: Ed. Hucitec, 1992.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 – 1914). São Paulo: Edusp, 1994.

POZZEBON, Zola Franco. **Uma odisséia na América**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1997.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915)**. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Iverson Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração: 1886 - 1895**. 2008. 231 f. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Iverson Poletto dos. O público e o privado nas sociedades de imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895). **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 14, n. 2, p.1-15, jul./dez., 2008.

SANTOS, Iverson Poletto dos. A Sociedade Promotora de Imigração: uma forma de compensação pela libertação dos cativos? (1886 - 1895). **Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 21, p. 26-55, jul. 2010.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural Editora, 1986.

SCOTT, A. S. V. Imigração e redes de sociabilidades: a migração portuguesa para a Nova Lousã (Brasil) entre as décadas de 1860 e 1880. **Cadernos do Noroeste**, Portugal, v. 2, p. 79-86, 2006.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986.

SPINDEL, Cheiwa. **Homens e máquinas numa economia cafeeira (1850 – 1930)**. 1983. 393 f. São Paulo: (Tese Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1983. Mimeo.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel – Istituto Italiano de Cultura di Sao Paolo, 1985.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850 – 1930). São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.